



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Srs. Fabio Garcia e Rodrigo de Castro)

Requer a realização de audiência pública para discutir a decisão do desligamento de 21 usinas termelétricas e os efeitos dessa medida sobre os custos da energia elétrica no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que ouvido o plenário, sejam convidadas as seguintes autoridades para discutir a decisão do desligamento de 21 usinas termelétricas e os efeitos dessa medida sobre os custos da energia elétrica no Brasil, nesta Comissão de Minas e Energia.

- Ministério de Minas e Energia – MME, Secretário de Energia Elétrica Ildo Wilson Gründtner;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Presidente Romeu Donizete Rufino;
- Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Diretor Geral Hermes Chipp;
- Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas - Abraget, Presidente Xisto Vieira Filho;
- Associação Nacional dos Consumidores de Energia - Anace, Presidente Carlos Faria; e
- Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, Presidente Paulo Pedrosa.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme proposta apresentada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), na reunião do dia 5 de agosto de 2015, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu desligar 21 usinas termelétricas, em razão da evolução favorável das condições de geração hidrelétrica.

Tal medida pode ter o condão de reduzir o valor das faturas de energia elétrica pagas pelos consumidores brasileiros, que, nos últimos meses, sofreram reajustes altíssimos, em decorrência da falta de planejamento e de gestão no setor elétrico. O benefício para os consumidores seria uma decorrência natural do eventual fim da vigência da bandeira tarifária vermelha.

Contudo, esse efeito positivo ao consumidor não está garantido pela medida. O custo da geração de energia no Brasil segue excepcionalmente alto e exige que as autoridades do setor apresentem à sociedade um plano de ação para sua redução.

Ante todo o exposto, parece-nos muito oportuna a realização de audiência pública nesta Comissão de Minas e Energia para discutir a medida recém anunciada pelo CMSE e, nestes termos, pedimos o apoio de nossos nobres pares ao presente requerimento.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2015.

Deputados **Fabio Garcia e Rodrigo de Castro**